

Insa sedia evento preparatório para participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas para Combate à Desertificação



Representantes governamentais e da sociedade civil em mesa de abertura

Nos dias 25 e 26 de fevereiro foi realizado na sede do Instituto Nacional do Semiárido (Insa/MCTI), em Campina Grande (PB), evento preparatório para a participação da delegação brasileira na 3ª Conferência Científica Internacional da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), realizada em Cancún, México, no período de 9 a 12 de março deste ano. Pesquisadores e representantes da sociedade civil estiveram reunidos para definir, a partir do intercâmbio de conhecimentos científicos e tecnológicos com as práticas e saberes tradicionais, as diretrizes e estratégias de combate à desertificação, degradação das terras e convivência com a seca que subsidiaram a participação da delegação brasileira na Conferência Científica.

As diretrizes foram estruturadas em três painéis de discussões. O primeiro painel discutiu o combate à desertificação a partir da compreensão das vulnerabilidades e capacidades adaptativas dos ecossistemas e populações das regiões afetadas. Os participantes destacaram a necessidade de elaboração, implementação e acompanhamento de políticas e programas de forma integrada, articulada e sinérgica, com envolvimento das diversas esferas governamentais, das instituições de ensino, pesquisa científica e tecnológica, e da sociedade civil organizada.

O segundo painel debateu a implementação de tecnologias e de melhores práticas a partir do conhecimento adquirido por

meio das experiências bem-sucedidas com uso do solo, segurança hídrica, agroecossistemas e manejo florestal sustentável. As discussões destacaram a importância de combinar nas estratégias a educação contextualizada, a comunicação e a cultura popular, bem como a consideração da ética do cuidado para tratar o tema nos espaços rural e urbano.

No terceiro foram discutidos métodos de monitoramento e avaliação do processo de desertificação. A proposta é integrar os diferentes sistemas de bancos de dados já existentes e ampliar a difusão das informações obtidas, tornando-as mais acessíveis a um público heterogêneo. Os participantes também apontaram a necessidade de aperfeiçoar a previsão sazonal de indicadores pluviométricos para o Semiárido brasileiro. Com base nas diretrizes definidas durante o evento foi elaborado um documento a ser ratificado na reunião com os membros da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD), que ocorrerá dia 05 de março, em Brasília (DF).

O evento preparatório também subsidiou a definição de iniciativas no Brasil alusivas ao Ano Internacional dos Solos (2015), cuja coordenação foi delegada pela Assembleia Geral da ONU à UNCCD e à FAO, para apoiar ações e projetos em prol da conservação e sustentabilidade do solo.

Intercâmbio de conhecimentos

Um dos focos da participação do Brasil na UNCCD tem sido promover o diálogo permanente entre sociedade civil, governos e instituições de pesquisa científica e tecnológica na busca de implementar boas práticas para convivência sustentável, de forma inclusiva, promovendo a segurança hídrica, alimentar e energética, com conservação da biodiversidade, contribuindo, desta forma, efetivamente para o combate à desertificação.

Durante o evento, Francisco Barreto Campello, ponto focal do Brasil na UNCCD e diretor do Departamento de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente (DCD/MMA), destacou que um dos diferenciais importantes da participação do Brasil na UNCCD é de termos uma representação efetiva da sociedade civil na Convenção. *“O Brasil tem uma postura diferente por adotar uma representação coletiva da sociedade civil. Hoje contamos com a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), rede formada por mais de mil organizações sociais e atualmente credenciada pela Convenção”.*

O Instituto Nacional do Semiárido (Insa), Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), é o correspondente científico do Brasil na Convenção. Na abertura do evento o diretor Ignacio Hernán Salcedo ressaltou a importância do somatório dos conhecimentos científicos e empíricos para o combate à desertificação. *“A ideia deste evento preparatório é promover o diálogo entre aqueles que estão do lado dos conhecimentos empíricos, dos conhecimentos locais, e aqueles que constroem os conhecimentos científicos, de forma a buscar uma realidade que permita uma convivência sadia com a condição semiárida, realidade perfeitamente possível de ser consolidada”.*

Experiências inovadoras

Uma das experiências desenvolvidas no Brasil que tem chamado atenção de outros países é uma pesquisa inédita desenvolvida pelo Insa e a ASA que acompanha a trajetória de vida de 100 famílias de agricultores e agricultoras familiares, distribuídas em 10 territórios dos nove estados da região semiárida brasileira. O objetivo é identificar as estratégias ecológicas e sociais implementadas pelos agricultores e agricultoras que lhes têm possibilitado conviver e adaptar-se com impactos ambientais extremos, como a desertificação, as mudanças climáticas e os longos períodos de estiagem.

Francisco Campello enfatizou no evento a importância de um trabalho da ciência direcionado para as necessidades efetivas da população. *“Essa experiência de pesquisa com os agricultores experimentadores que vem sendo desenvolvida no Brasil, voltada para o uso sustentável dos recursos naturais, demonstra um esforço que vem sendo feito para que o trabalho de combate à desertificação seja um reflexo da forma de conviver adequadamente com o ambiente”*, completou.

O representante da ASA, Paulo Pedro de Carvalho, destacou ações importantes que têm sido empreendidas no Brasil para valorizar as alternativas agroecológicas encontradas pelos agricultores para conviver com a região semiárida. *“Nosso entendimento é que estamos dando passos importantes no sentido da participação da sociedade civil. É importante que o Comitê de Ciência e Tecnologia da Convenção não apenas reconheça essa participação da sociedade civil e a importância dos conhecimentos tradicionais, mas também considere os conhecimentos tradicionais da sociedade civil como ciência”*, ressaltou. O evento preparatório foi resultado do esforço interinstitucional do Insa/MCTI e do MMA, em parceria com a ASA, a FAO e o IICA Brasil.



Evento reúne representantes de todo o Semiárido

Projeto de incentivo à leitura e inclusão produtiva será desenvolvido pelo Insa

Selecionado em primeiro lugar por Chamada Pública do projeto “Minibibliotecas”, o projeto recebeu acervo de publicações para apoio didático-pedagógico e integrará o programa federal Plano Brasil sem Miséria

O Instituto Nacional do Semiárido (Insa), Unidade de Pesquisa do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), desenvolverá diversas ações de incentivo à leitura e inclusão produtiva por meio do projeto “Lendo é que se faz”. Em parceria com as Secretarias Municipais da Agricultura, da Educação (Seduc) e da Ciência e Tecnologia de Campina Grande (PB), o projeto irá contemplar inicialmente dez escolas municipais e iniciará suas ações em março de 2015.

Com o intuito de popularizar o conhecimento científico e tecnológico sobre o bioma Caatinga entre jovens e crianças e contribuir no processo de formação de novos leitores, o projeto terá uma duração de dois anos. A responsável pela Biblioteca do Insa e coordenadora do projeto, Cláudia Ribeiro, destaca a importância do “Lendo é que se faz”. *“Através do projeto e utilizando a leitura simples e acessível como forma de popularizar a ciência, vamos propor e instigar o conhecimento em crianças e jovens.”*, ressalta.

O projeto contribuirá para a inclusão social, cultural da sociedade e contará com diversas atividades como, por exemplo, aulas de campo, palestras, oficinas, clube de leitura, rodas de intercâmbio, entre outros. Sua meta é atuar em escolas, comunidades e assentamentos com uso da Minibiblioteca como ferramenta de apoio didático-pedagógico.

As escolas selecionadas se localizam no entorno da sede do Insa, em Campina Grande, e já sediaram outro projeto do Instituto: Ensaio Ambiental. Esta iniciativa de educação ambiental contextualizada auxiliou na implantação da coleta seletiva nestes colégios e foi idealizada pelo Técnico em Agropecuária, Paulo Luciano Santos, que também participa do projeto “Lendo é que se faz”. As dez escolas totalizam cerca de 3.500 alunos.

Chamada Pública 001/2014

Em 2014, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por meio do projeto Minibibliotecas, abriu chamada pública para seleção de projetos de estímulo a leitura e inclusão produtiva. Esta Chamada premiaria 25 instituições de todo o Semiárido brasileiro com um kit de publicações para auxiliar a execução destes projetos.

Dentre tantas instituições participantes, o Insa ficou em primeiro lugar e recebeu o acervo contendo um kit expositor, livros ilustrados e escritos em linguagem acessível, cartilhas, vídeos e CDs produzidos pela Embrapa. O material contém informações tecnológicas e conhecimentos gerados pela pesquisa sobre práticas agrícolas sustentáveis, meio ambiente, segurança alimentar e agroindústria familiar.

O acervo é formado por 120 títulos de publicações



impresas, 80 reportagens do programa Dia de Campo na TV e 160 áudios do programa radiofônico Prosa Rural, produzidos semanalmente pela Embrapa. Cláudia Mara ainda destaca a importância do edital na execução do projeto. *“Esse é um importante passo para iniciarmos nossos trabalhos, com o apoio dos nossos parceiros e envolvimento de toda uma equipe que está se formando, para juntos alcançarmos nossos objetivos e futuros trabalhos em amplitude ainda maior no nosso Semiárido brasileiro”*, conclui.

Minibibliotecas

O projeto Minibibliotecas é uma iniciativa da Embrapa Informação Tecnológica (Brasília, DF) em conjunto aos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). Surgido em 2003, o projeto visa levar informações que contribuam para o desenvolvimento sustentável do meio rural, por meio de cartilhas ilustradas e em linguagem simples e uso de audiovisuais, como vídeos e áudios.

Visando atender escolas rurais, Institutos Federais de Educação, secretarias municipais e organizações sociais sem fins lucrativos dos municípios que compõem 14 territórios da cidadania atendidos pelas ações do Plano “Brasil sem Miséria”, a iniciativa abrange os nove estados nordestinos e Minas Gerais.

Os territórios contemplados com o projeto são: Irecê (BA), Velho Chico (BA), Alto Sertão (SE), Agreste (AL), Sertão do Araripe (PE), Borborema (PB), Alto Oeste (RN), Inhamuns Crateús (CE), Cariri (CE), Vale do Guaribas (PI), Baixo Parnaíba (MA), Cocais (MA), Serra Geral (Janaúba, MG), além do município de Campo Formoso que faz parte do território Piemonte Norte do Itapicuru (BA).

Programa pioneiro na Caatinga promoverá uso florestal sustentável para segurança energética das indústrias cerâmicas



Lançamento do Programa no Citta

Quase 1500 municípios brasileiros se encontram em processo de desertificação, o que corresponde a 16% da área do território brasileiro. Tal situação desafia os gestores de políticas públicas a promover ações estruturantes para convivência sustentável com a semiaridez e o efetivo combate à desertificação. Diante deste cenário foi lançado no dia 30 de janeiro, em Campina Grande (PB), um Programa de Segurança Bioenergética Florestal que visa promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade da Caatinga para a sustentabilidade da matriz energética das indústrias cerâmicas.

Pioneiro no Nordeste, o Programa é uma iniciativa do Departamento de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente (DCD/MMA) e será desenvolvido em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) e o Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB), por meio do Centro de Produção Industrial Sustentável (Cepis), com apoio do Fundo Clima e da Associação dos Ceramistas do Sertão e do Seridó da Paraíba (Solidos), composta por 25 cerâmicas com atuação em 15 municípios do Semiárido paraibano.

Uma das estratégias de ação encontradas pelo DCD/MMA tem sido promover a sustentabilidade da matriz energética, por meio de parcerias com o setor industrial, da promoção

da segurança energética domiciliar e do manejo florestal sustentável da Caatinga.

A lenha, recurso florestal nativo, sempre foi a principal fonte de energia do bioma Caatinga, representando cerca de 30% da matriz energética e 40% do parque industrial, sendo que o setor cerâmico representa hoje mais da metade (cerca de 60%) da demanda do setor industrial por lenha no bioma.

Durante o lançamento realizado no Citta, o diretor do DCD, Francisco Barreto Campello, destacou que o Programa é emblemático por colocar em evidência o papel do manejo florestal e a importância de trabalhar a questão da melhoria da eficiência energética para o setor cerâmico, com um olhar estratégico para o quadro das mudanças climáticas e o manejo da paisagem. *“É um setor que tem uma representação importante no Nordeste em todos os sentidos, principalmente na geração de empregos, e é extremamente relevante trabalhar estas cerâmicas da Paraíba como referência para o cenário do setor industrial da região. Nesse contexto de mudanças climáticas o maior desafio hoje é promover as ações de adaptação, mostrando, por um lado, que a paisagem que está posta vai ser conservada e, por outro, que será mantido dentro do setor uma estratégia para utilizar a lenha, biocombustível renovável*

e fonte energética mais adaptada que dispomos hoje na Caatinga”, assegura o diretor.

No Brasil e no mundo um dos principais vetores da degradação ambiental e da intensificação do processo de desertificação é o desmatamento para fins energéticos. Por esta razão, o Programa irá investir na qualificação das práticas de manejo florestal, visando uma política florestal sustentável para a convivência com a semiaridez.

“Em 2002 a área desmatada da Caatinga era de 43,38%, enquanto em 2008 era de 45,39%, com perda de cerca de 2% da vegetação nativa durante o período, o que confirma, mais uma vez, que não existe uma frente de desmatamento na Caatinga, mas práticas de manejo por meio do sistema de rodízio para descanso do solo, conhecido localmente como pousio. Isso tem que ser inserido nas políticas públicas para que possamos de fato dispor de uma forma diferente de trabalhar promovendo a conservação da biodiversidade, o ordenamento dos recursos florestais, o incremento na economia local e a sustentabilidade da matriz energética por meio do uso de biocombustível renovável e local, que é a lenha”, completou Campello.

Estima-se que a demanda atual de lenha por parte das indústrias e comércio da região seja mais de 25 milhões de metros cúbicos por ano. A área potencial de uso sustentável disponível é de cerca de 6 milhões de hectares com cobertura vegetal passível de manejo florestal, sendo que para atender a demanda do Nordeste é necessário apenas 2,5 milhões de hectares, o que corresponde a 7% da área remanescente florestal da Caatinga. *“Ainda não existe ameaça, temos áreas suficientes para utilizar, capaz de atender a demanda, o problema é que não estamos sabendo aproveitar este potencial”,* ressaltou Campello. Os dados são de estudo do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), realizado em 2010.

Alternativas

Na busca de promover alternativas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica do bioma Caatinga, o Programa irá estruturar estratégias de comunicação com o objetivo de sensibilizar a sociedade e produtores para dar visibilidade ao conjunto das atividades sustentáveis a serem implantadas. Também utilizará estratégias de extensão rural, com mobilização de um quadro técnico específico para sensibilizar, orientar e cadastrar os produtores rurais para as práticas florestais (manejo e plantios) e implantação das Áreas Protegidas.

Estas ações serão importantes em razão da necessidade de romper com paradigmas extremamente consolidados na sociedade contra o uso do potencial da biodiversidade florestal. É muito comum encontrar visões preconcebidas que associam certas atividades produtivas de exploração de recursos ambientais necessariamente como ações de degradação. No entanto, muitas vezes se tratam de produtores que valorizam e utilizam o potencial da biodiversidade do espaço semiárido, com um plano de manejo aprovado, licenciado e acompanhado pelo órgão ambiental, que promovem a conservação das florestas, mas que são equivocadamente marginalizados pela sociedade. Assim, a necessidade de mudança de paradigmas foi apontada

“Ainda não existe ameaça, temos áreas suficientes para utilizar, capaz de atender a demanda, o problema é que não estamos sabendo aproveitar este potencial”

como um dos grandes desafios a serem superados durante a implantação do Programa.

Tais preconceitos também se refletem no âmbito das relações institucionais e nas ações de fomento e crédito para a biodiversidade florestal. Existe certa marginalização da presença da lenha na matriz energética, que tem focado seu planejamento estratégico muito mais na preocupação de encontrar fontes energéticas alternativas (eólica, solar, etc), ao invés de também qualificar a biomassa florestal como atividade importante de sua política. Os bioenergéticos florestais são economicamente viáveis pelo seu baixo custo e, se utilizados de forma sustentável com melhoria dos processos e adaptação de inovações tecnológicas, podem contribuir para a inclusão social, para valorizar os recursos ambientais e para diminuir a vulnerabilidade regional frente às mudanças climáticas.

O Presidente da Solidos-PB, Gideão Tibúrcio dos Santos, ressaltou que o grupo de ceramistas tentava e vem tentando legalizar 100% de suas ações e sempre havia empecilhos, mas acredita que essas novas parcerias irão ajudar a desmitificar o problema que sempre enfrentaram.

O fundador da Associação, José Moura Filho, complementou: *“nosso ramo não é uma atividade ilegal, antes nós nos sentíamos marginalizados por conta que usávamos diretamente o meio ambiente, como o barro, a argila e a lenha. Hoje com as formas de sustentabilidade que o Programa vem nos mostrando, a gente começa a entender que saímos dessa área da marginalização para uma margem de reconhecimento, porque o crescimento do nosso estado e do nosso país se dá mediante a necessidade de construção de habitações que exige do mercado a fabricação de telhas e tijolos que têm como principal matéria-prima o barro e a lenha, desde que este insumo seja utilizado de forma racional e sustentável”.*

Neste sentido, o entendimento da gestão do Programa é que para a mudança de paradigmas é necessário que as práticas de utilização sustentável dos sistemas agroflorestais da Caatinga sejam legalizadas, por meio do fortalecimento do diálogo entre órgãos ambientais e usuários do meio ambiente. Outros comportamentos institucionais importantes são: fortalecer o processo de descentralização da gestão florestal; promoção do uso sustentável pelas linhas de crédito e utilização das estratégias de comunicação para implantar os sistemas de manejo adequado como instrumento de gestão ambiental.

O projeto será executado a partir deste mês e é coordenado pela pesquisadora Aluzilda Oliveira, do Cepis/PaqTcPB, Agência Implementadora do MMA.

Projeto do Insa insere palma forrageira como política pública para o Semiárido

*Em 2015 o Insa já distribuiu
cerca de 100 mil raquetes
de palma resistente à
Cochonilha-do-Carmim com
agricultores da Paraíba*



Dia de Campo em Diamante (PB)

No dia 20 de fevereiro, o Instituto Nacional do Semiárido (Insa), Unidade de Pesquisa do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), realizou o segundo Dia de Campo de 2015 do Projeto de revitalização da cultura da palma forrageira. Na ocasião, foram distribuídas cerca de 60 mil raquetes de palma resistente entre produtores do município de Diamante (PB).

O projeto realizado desde 2012 tem dado destaque para a integração entre pesquisadores e produtores em prol da revitalização da cultura da palma forrageira como política pública para o Semiárido brasileiro, fazendo uso de três variedades: Palma Doce, Palma Baiana e Palma Orelha-de-Elefante-Mexicana.

Neste projeto, os agricultores desempenham um papel fundamental: o de multiplicadores. Eles não são apenas os beneficiados, mas atuam na inserção desta cultura em suas comunidades e compartilham informações e conhecimentos de manejo recebidos pelos pesquisadores do Insa.

Para o planejamento das ações, acompanhamento do campo e articulação das instituições envolvidas é criado um Gabinete Municipal da Palma em todos os municípios em que o projeto é desenvolvido. Geralmente composto por Secretarias de agricultura, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater), Conselhos de Desenvolvimento Rural Municipais e associações de produtores. A representatividade dos agricultores no Gabinete, por meio de suas associações, é fundamental, afinal são eles que conhecem as necessidades e desafios de suas comunidades.

Parceria

Com a indicação do Gabinete municipal, um campo de pesquisa e multiplicação do Insa é implantado na propriedade de um produtor. Em Diamante, a propriedade selecionada se localiza na Fazenda Cacimba Nova.



Agricultores participando de Dia de Campo

O presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e representante da diretoria de apoio das associações rurais da prefeitura de Diamante, Francisco Limeira Diniz, destacou a importância do projeto para a região: *“A Cochonilha-do-carmim havia devastado os palmeiros de Diamante e a partir deste projeto estamos resgatando a cultura da palma no município. Com o apoio do Insa e a assistência técnica da Emater, em parceria com o conselho municipal e comunidades rurais, vamos ampliar esta cultura em toda a zona rural de Diamante”*.

Este foi o primeiro corte do campo de Diamante que chegou a cerca de 60 mil raquetes colhidas. Após a distribuição, alguns produtores já fizeram o plantio da palma. Ao finalizar o segundo corte (que tem previsão de um resultado ainda mais expressivo) e sua distribuição, o campo de palma será entregue ao proprietário da área com todo o sistema de sub-irrigação instalado.

“Após o término do Projeto do Insa, vamos levar a proposta de parceria à Prefeitura de Diamante para que, em um período de dois anos, eles possam assumir a manutenção do Campo. Caso não seja consolidada a parceria, a Associação dos Moradores da Região da Serra, juntamente com a Fazenda Cacimba Nova, irá manter e ampliar este campo”, acrescenta Francisco.

Estiveram presentes na ocasião, representantes do poder legislativo e executivo do município, de secretarias de agricultura e desenvolvimento rural e de associações de agricultores Emater (PB).

Dia de Campo em Teixeira

O primeiro Dia de Campo do projeto deste ano foi realizado no município paraibano de Teixeira, no dia 27 de janeiro de 2015. Na ocasião, foram distribuídas cerca de 40 mil raquetes, beneficiando, assim, mais de 20 associações de comunidades rurais e de assentamentos da reforma agrária da região.

O Campo de pesquisa e multiplicação no município de Teixeira está instalado no Assentamento Poço de Baixo, um dos seis campos do projeto instalados em assentamentos e o primeiro destes a receber o corte e realizar a distribuição. Está previsto para este campo um total de aproximadamente 250 mil raquetes colhidas.

No Dia de Campo estiveram presentes representantes do Insa, da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos de Reforma Agrária da Paraíba (Coptera-PB), da secretaria de agricultura e do poder executivo municipal.

Este foi o primeiro corte do campo de Diamante que chegou a cerca de 60 mil raquetes colhidas

Insa divulga Monitoramento dos Reservatórios do Semiárido e alerta sobre a necessidade do consumo consciente da água

Os volumes de água armazenados nos reservatórios do Semiárido Brasileiro vêm decrescendo mensalmente e 45% de probabilidade das previsões meteorológicas apontam menos chuvas para o primeiro trimestre de 2015 na região

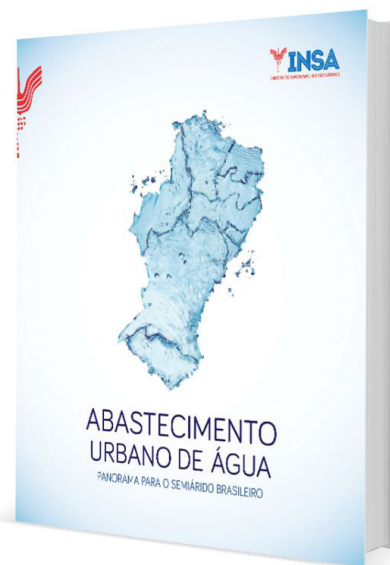
O boletim mensal compõe o Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento do Semiárido brasileiro (SigSab), um projeto do Instituto Nacional do Semiárido (Insa), Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O informativo disponibiliza a situação das reservas de água nos principais reservatórios da região semiárida. Nesta quinta edição do boletim, com dados de coleta do período de 22 de outubro de 2014 e 15 de janeiro de 2015, foram monitorados 347 reservatórios da região semiárida, cuja capacidade máxima de armazenamento de água totalizou 36,86 mil de hm³. Atualmente, o volume armazenado na região é de apenas 29%, atingindo 10,45 mil de hm³. Nas microrregiões dos semiáridos pernambucano, mineiro e paraibano o percentual de acumulação de água nos reservatórios são os três menores, respectivamente de 10%, 20% e 20%.

Dos 347 reservatórios monitorados até o dia 15 de janeiro 44% já tinham entrado em colapso, com volume armazenado menor do que 10% da sua capacidade total e apenas 1% deles encontravam-se cheios. Outro dado relevante diz respeito à probabilidade de chuvas no primeiro trimestre de 2015, existe uma chance de 20% de se chover mais do que o habitual, 35% de se chover dentro da média climatológica da região semiárida e 45% de chover menos.

O levantamento tem como base os dados divulgados pelas: Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (Aesa), Agência Pernambucana de Águas e Clima (Apac), Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte (SEMARH-RN).

Consumo consciente

Estima-se nada menos do que 40% da água tratada no Brasil seja perdida antes de chegar às torneiras do consumidor. É um dos



Boletim monitora situação dos reservatórios

índices mais altos de desperdício no mundo. Essa ineficiência na gestão dos recursos hídricos faz com aconteça desabastecimento em várias regiões no país. E serve de alerta para a necessidade de maiores investimentos na infraestrutura dos reservatórios e sistemas de distribuição de água.

A despoluição de águas contaminadas, apesar de possível, é ainda um processo muito caro, seria mais barato e eficaz os governos promoverem a educação ambiental para conscientizar a população da necessidade de manter as águas limpas. Existem várias práticas de reúso, captação e armazenamento que podem ser utilizadas tanto no meio urbano quanto no rural para maximizar a capacidade hídrica de determinado local.

Experiência em Santana do Serido (RN)

A maior parte das cidades brasileiras encontra dificuldade para destinar corretamente a água oriunda dos esgotos domésticos e industriais. O Semiárido brasileiro contabiliza hoje 1.135 municípios, com igual número de redes de esgoto, que se fossem tratadas forneceriam água potável para a prática agrícola.

Segundo Salomão Medeiros, pesquisador do Instituto Nacional do Semiárido (Insa/MCTI), da área de recursos hídricos, “a produção diária de esgotos funcionaria como verdadeiros rios perenes, atualmente desperdiçados em uma região que sofre com a estiagem”.

No município de Santana do Seridó (RN), um projeto inovador está reutilizando o esgoto tratado para produzir alimento para o gado. A ideia do projeto “Palmas para Santana” é transformar os 258 mil litros de esgoto gerado por uma população de 2.526 habitantes em água limpa para a irrigação de um banco de forragem, composto por espécies como a palma forrageira, feijão guandu e sorgo.

EXPEDIENTE

Governo do Brasil

Presidência da República
Dilma Vana Rousseff

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
José Aldo Rebelo Figueiredo

Instituto Nacional do Semiárido

Diretor
Ignacio Hernán Salcedo

Diretor Substituto
Salomão de Sousa Medeiros

Coordenador de Pesquisa
Aldrin Martin Perez Marin

Comitê editorial

Jornalista Responsável:
Catarina Buriti (MTB 3109/PB)

Equipe:
Rodeildo Clemente / Matheus Lino

Projeto Gráfico:
Wedsley Melo